



DINÂMICAS ELEITORAIS NO PARANÁ: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DOS PADRÕES DE VOTO ENTRE 2014 E 2022¹

Guilherme André Ikeda ²
Maristela Ferrari ³

RESUMO

Este trabalho analisa as dinâmicas eleitorais no estado do Paraná, entre as eleições presidenciais de 2014, 2018 e 2022, a partir de uma abordagem qualitativa fundamentada na Geografia Política crítica e Geografia Eleitoral. O objetivo foi compreender como fatores territoriais, socioculturais, econômicos e identitários influenciaram a configuração do voto, evidenciando a importância do espaço como mediador das escolhas políticas. A pesquisa utilizou dados secundários do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) e do IBGE, associados a fontes jornalísticas e bibliográficas, além da elaboração de mapas eleitorais temáticos. Os resultados indicam a existência de clivagens regionais marcantes no estado, em que o voto foi condicionado não apenas por variáveis econômicas e urbanas, mas também pela atuação de movimentos sociais, comunidades tradicionais e pela crescente influência da religião no campo político. As análises evidenciam que o Paraná constitui um território estratégico para compreender a territorialização do voto no Brasil, revelando como elementos locais e nacionais se entrecruzam na formação das preferências eleitorais.

Palavras-chave: Geografia Eleitoral, Comportamento político, Território, Paraná, Disputas de poder.

ABSTRACT

This study analyzes the electoral dynamics in the state of Paraná across the presidential elections of 2014, 2018, and 2022, through a qualitative approach grounded in Critical Political Geography and Electoral Geography. The objective was to understand how territorial, sociocultural, economic, and identity-related factors influenced voting patterns, highlighting the importance of space as a mediator of political choices. The research employed secondary data from the Superior Electoral Court (TSE), the Regional Electoral Court of Paraná (TRE-PR), and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), combined with journalistic and bibliographic sources, as well as the elaboration of thematic electoral maps. The findings indicate the existence of significant regional cleavages within the state, where voting behavior was conditioned not only by economic and urban variables but also by the role of social movements, traditional communities, and the growing influence of religion in the political sphere. The analyses demonstrate that Paraná constitutes a strategic territory for understanding the territorialization of voting in Brazil, revealing how local and national elements intertwine in shaping electoral preferences.

Keywords: Electoral Geography, Political Behavior, Territory, Paraná, Power Struggles.

¹ Este trabalho completo foi desenvolvido no âmbito da dissertação de mestrado, realizado com incentivo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio de bolsa de estudos.

² Mestrando em Geografia, pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE campus Marechal Cândido Rondon, guikedal@gmail.com ;

³ Professora de Geografia, no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE campus Marechal Cândido Rondon, maristela.ferrari@unioeste.br ;



INTRODUÇÃO

O estudo da Geografia Eleitoral no Brasil tem se consolidado como campo analítico capaz de compreender as interações entre espaço, política e sociedade. Desde as formulações clássicas, como as de Siegfried (1913) e Sauer (1918), até as abordagens contemporâneas de Castro (2005), Costa (2002; 2020), Cunha e Martins (2017) e Azevedo (2023), esse ramo da Geografia Política tem buscado desvendar como fatores territoriais, socioeconômicos, culturais e identitários influenciam a configuração do voto. No contexto brasileiro, marcado por desigualdades estruturais, diversidade regional e recorrentes processos de polarização, a Geografia Eleitoral adquire relevância especial para interpretar os resultados eleitorais e suas repercussões na dinâmica política nacional.

O trabalho insere-se nesse debate ao analisar o comportamento eleitoral no estado do Paraná, nas eleições presidenciais de 2014, 2018 e 2022. A escolha do recorte espacial se justifica pela posição estratégica do Paraná como território heterogêneo, onde coexistem economias urbanas e rurais, comunidades tradicionais e setores ligados ao agronegócio, além de forte presença de movimentos sociais e de lideranças religiosas. Essa diversidade torna o estado um espaço privilegiado para compreender como múltiplos fatores locais e nacionais se entrecruzam na definição das escolhas políticas.

O objetivo central foi investigar as dinâmicas territoriais do voto no Paraná, evidenciando de que forma variáveis estruturais, identitárias e conjunturais se manifestaram nos diferentes pleitos. Especificamente, buscou-se: (i) analisar a distribuição espacial dos votos, identificando padrões regionais; (ii) compreender a influência de comunidades tradicionais, movimentos sociais e lideranças religiosas nas preferências políticas; e (iii) discutir a permanência e a transformação das clivagens eleitorais entre 2014 e 2022.

Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo, com apoio em dados quantitativos secundários. A pesquisa articulou revisão teórica, análise de fontes secundárias (TSE, TRE-PR, IBGE, imprensa) e elaboração de mapas eleitorais temáticos por meio de softwares de geoprocessamento. Essa combinação permitiu integrar leitura crítica e análise espacial, revelando como o território atua como mediador das escolhas eleitorais.

Os resultados apontaram que, em 2014, prevaleceu relativa heterogeneidade, com apoio a candidaturas progressistas em áreas urbanas e ligadas a movimentos sociais, e maior adesão ao conservadorismo em regiões do interior associadas ao agronegócio. Em 2018 e 2022, consolidou-se o predomínio de Jair Bolsonaro no estado, impulsionado pela mobilização



religiosa e digital, sobretudo no norte e oeste, enquanto territórios indígenas, quilombolas e assentamentos do MST mantiveram coesão em torno de candidaturas progressistas. Essas clivagens revelam a força das identidades regionais e dos vínculos comunitários na configuração do voto.

Conclui-se, portanto, que o Paraná expressa de forma exemplar a territorialização da política no Brasil contemporâneo. Mais do que reflexo de tendências nacionais, o voto no estado revela a interdependência entre fatores locais e conjunturas políticas amplas, evidenciando que o território é dimensão fundamental para a compreensão das disputas de poder e das escolhas eleitorais.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e interpretativa, com suporte em dados quantitativos secundários, buscando compreender as dinâmicas eleitorais no estado do Paraná nas eleições presidenciais de 2014, 2018 e 2022. A metodologia adotada fundamentou-se nos pressupostos da Geografia Política crítica, priorizando a análise das relações entre território, poder e comportamento político. A escolha da abordagem qualitativa se deve a complexidade dos fatores que envolveram a decisão de voto, os quais não se restringiram a variáveis objetivas ou mensuráveis, mas abrangeram aspectos simbólicos, culturais, identitários e religiosos, muitas vezes invisíveis aos métodos puramente estatísticos. Como apontou Marafon (2013), o método qualitativo foi especialmente eficaz para captar significados sociais e interpretações políticas enraizadas no espaço vivido. Bertrand *et al.* (2007) argumentaram que o método qualitativo pode ser compreendido como uma “estratégia” de pesquisa, resultado da combinação de técnicas e conhecimentos, constituindo-se como uma “caixa de ferramentas” adaptada a uma investigação específica e a um determinado contexto. Portanto, seu uso ultrapassou a escolha instrumental, aliando-se ao emprego de conceitos e problemáticas que justificaram sua adoção.

A pesquisa foi conduzida como um estudo de caso, centrado no estado do Paraná, que, por sua diversidade econômica, social e cultural, ofereceu uma amostra significativa das contradições políticas que atravessaram o Brasil. A delimitação temporal incluiu as eleições presidenciais de 2014, 2018 e 2022, períodos marcados por transformações significativas no cenário político nacional, como o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o avanço da extrema-direita e os episódios de contestação democrática após as eleições de 2022.



Metodologicamente o trabalho se desenvolveu em três etapas: a primeira consistiu em extensa revisão bibliográfica sobre os fundamentos da Geografia Eleitoral, com ênfase nos autores clássicos e contemporâneos que discutiram a relação entre espaço e política. Foram consultadas obras de referência, como Siegfried (1913), Sauer (1918), Castro (2005), Costa (2002; 2020), Cunha e Martins (2017), Samagaio (2014) e Azevedo (2023), o que permitiu estruturar os conceitos de territorialização do voto, disputas de poder e configuração espacial do comportamento eleitoral. A segunda etapa concentrou-se na análise de fontes secundárias, como reportagens jornalísticas, documentos institucionais, periódicos científicos e bases de dados oficiais. Foram utilizados dados eleitorais fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), referentes à votação por município nos três pleitos analisados, além de informações socioeconômicas extraídas do IBGE e de órgãos estaduais. Essa triangulação de dados possibilitou cruzar informações sobre níveis de renda, grau de urbanização, presença de comunidades tradicionais, densidade religiosa e perfil demográfico com os padrões de votação identificados, bem como interpretar narrativas políticas difundidas na imprensa nacional e local, que contribuíram para entender como os discursos de campanha foram territorializados e como impactaram as percepções do eleitorado. Por fim, a terceira etapa consistiu na elaboração de mapas eleitorais temáticos com base nos dados do TSE, por meio de softwares de geoprocessamento, como o QGIS. Esses mapas representaram a distribuição territorial dos votos no Paraná, destacando os municípios com maior adesão a determinados candidatos. A cartografia foi fundamental para visualizar padrões espaciais e identificar possíveis correlações entre a configuração territorial dos votos e os fatores sociopolíticos regionais. Essa etapa foi complementada por uma leitura crítica dos territórios que apresentaram comportamentos eleitorais divergentes, como municípios com forte presença de igrejas evangélicas, comunidades indígenas, assentamentos do MST, zonas agrícolas e centros urbanos, o que possibilitou interpretar como diferentes grupos sociais, inseridos em contextos territoriais distintos, expressaram preferências políticas específicas.

A combinação entre o método qualitativo e o uso estratégico de dados quantitativos permitiu uma leitura multiescalar das dinâmicas eleitorais, articulando o local ao nacional e revelando as múltiplas camadas que configuraram o voto como fenômeno geográfico e político.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Geografia Eleitoral, enquanto subcampo da Geografia Política, tem como objeto de estudo a relação entre o espaço geográfico e o comportamento eleitoral, considerando o



território como elemento estruturante dos fenômenos políticos. Mais do que apenas localizar o voto, esse campo busca compreender os fatores socioespaciais e geográficos que influenciam as escolhas políticas dos eleitores, revelando como estruturas sociais, econômicas e culturais se articulam e se expressam territorialmente nas eleições.

Segundo Samagaio (2014), a Geografia Eleitoral pode ser entendida como a análise da interação entre o espaço, o lugar e os processos eleitorais, sendo dividida em três ramos principais: os padrões de voto, as influências geográficas nas eleições e a geografia da representação. Essa definição indica que o território não é apenas o palco onde ocorrem os eventos eleitorais, mas um agente ativo na formação das preferências políticas. O autor indica ainda que:

A Geografia Eleitoral pode ser definida como sendo a análise da interação entre o espaço, o lugar e os processos eleitorais. Assim, a Geografia Eleitoral pode ser dividida em três ramos: padrões de voto, influências geográficas nas eleições e a geografia da representação. (Samagaio, 2014, p. 24)

Pela literatura analisada, a origem da Geografia Eleitoral remonta às primeiras décadas do século XX, especialmente com a obra de André Siegfried (1913), que investigou os padrões de voto na França a partir da associação entre as características físicas do território e as escolhas políticas. Sua célebre frase, “o granito vota à direita e o calcário à esquerda”, embora muitas vezes interpretada como determinista, apontava para uma tentativa de correlacionar estrutura fundiária, ocupação do solo e comportamento político. Posteriormente, Carl Sauer (1918) complementaria esse debate ao lançar luz sobre a organização dos distritos eleitorais nos Estados Unidos, destacando a importância da delimitação espacial na representação política (Samagaio, 2014; Azevedo, 2023).

No Brasil, os estudos em Geografia Eleitoral ainda são relativamente recentes, mas vêm ganhando corpo a partir dos anos 2000, com contribuições significativas de autores como Costa (2002; 2020), Castro (2005), Cunha e Martins (2017) e Azevedo e Nogueira (2023). Esses pesquisadores apontam que a análise do voto requer a consideração de múltiplas variáveis, como pertencimento religioso, tradição política, inserção econômica e atuação de movimentos sociais, todos articulados a uma lógica territorial.

A Geografia Eleitoral também permite interpretar as eleições como arenas de disputa simbólica, em que diferentes grupos sociais projetam suas visões de mundo e interesses sobre o espaço. Nesse sentido, o voto pode ser entendido como expressão de pertencimento, resistência ou alinhamento ideológico, e não apenas como resposta a campanhas ou promessas



de governo. Castro (2005) ressalta que o espaço geográfico é, por natureza, político, pois concentra tensões e interesses divergentes, sendo, portanto, essencial para compreender a formação do voto. A autora explica que:

A contribuição da geografia para esta questão é evidente, cabendo-lhe a tarefa de demonstrar que os interesses e as normas e leis deles derivados resultam das condições espaciais nas quais foram produzidos. Em outras palavras, trata-se de incorporar o espaço como variável explicativa necessária e à compreensão das escolhas dos sistemas eleitorais e dos seus resultados: opções dos eleitores e composição de representação. (Castro, 2005, p.143-144)

Nas eleições mais recentes no Brasil, observa-se uma intensificação das disputas ideológicas, acompanhada pelo fortalecimento de discursos de cunho moral, frequentemente sustentados pela instrumentalização da religião. Esse cenário tem contribuído para o acirramento das divisões políticas entre diferentes regiões e grupos sociais. O fenômeno observado no Paraná segue essa lógica, revelando padrões territoriais recorrentes, especialmente em regiões ligadas ao agronegócio, marcadas por valores conservadores e por forte presença de igrejas evangélicas, em contraponto a territórios organizados em torno de movimentos sociais, identidades étnicas e pautas progressistas.

Além disso, as redes sociais digitais têm reconfigurado os modos de circulação das narrativas políticas, impactando a percepção do eleitor sobre o espaço e os candidatos. No entanto, mesmo com o advento da virtualização do discurso político, a territorialidade segue exercendo papel central na formação das escolhas, pois o cotidiano dos eleitores continua enraizado em contextos locais específicos.

Assim, ao articular as contribuições teóricas da Geografia Eleitoral com a análise empírica das eleições no Paraná, este artigo propõe compreender como o voto se territorializa, isto é, como as disputas de poder se ancoram em espaços vividos e produzidos socialmente. Como argumenta Azevedo (2023), os sistemas eleitorais, os discursos políticos e as representações sociais estão profundamente imbricados com as geografias da desigualdade, da identidade e da mobilização coletiva

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do comportamento eleitoral no Paraná, entre as eleições presidenciais de 2014, 2018 e 2022, evidencia a presença de dinâmicas territoriais distintas, marcadas pela interseção de fatores socioeconômicos, culturais, religiosos e históricos. Os padrões de voto revelam a

heterogeneidade regional do estado e confirmam a importância do território como mediador das escolhas políticas.

As eleições presidenciais de 2014 revelaram um cenário marcado pela crescente disputa de poder na política do Brasil, especialmente entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). No estado do Paraná, essa disputa assumiu contornos específicos, uma vez que as campanhas eleitorais tiveram grande relevância, apoiadas pela presença de lideranças políticas locais de peso, como o político Carlos Massa Ratinho Júnior e o senador Álvaro Dias (**Figura 1**). Essas figuras atuaram como mediadores entre candidatos nacionais e o eleitorado regional, reforçando pautas conservadoras e consolidando redes de apoio que viriam a ser fundamentais nos pleitos seguintes. (Castro, 2005)

Figura 1 - Convenção PSDB no estado do Paraná em 2014⁴



Fonte: PSDB (2014)

Embora o pleito de 2014 já demonstrasse divisões regionais no estado, não foi possível elaborar um mapeamento detalhado da distribuição dos votos devido à ausência de dados

⁴ Na Figura 1, observa-se, da esquerda para a direita, a então vice-governadora Cida Borghetti (PROS), o então governador reeleito do estado, Beto Richa (PSDB), o então candidato à presidência Aécio Neves (PSDB) em 2014, ao seu lado José Serra (PSDB), que, no pleito de 2010 contra Dilma Rousseff, obteve a maioria dos votos no Paraná, e o então senador Álvaro Dias (PSDB). A imagem ilustra claramente a força da coalizão partidária no estado, sendo um dos fatores explicativos para a expressiva votação de Aécio Neves no Paraná.



desagregados em escala estadual para aquele ano⁵. Ainda assim, observa-se que o Paraná manteve sua inclinação para candidatos mais alinhados ao campo conservador, o que contribuiu para preparar o terreno para a ascensão bolsonarista em 2018.

As eleições presidenciais de 2018 representaram uma inflexão significativa no cenário político nacional. O crescimento da candidatura de Jair Messias Bolsonaro (PSL) esteve fortemente associado a um discurso antipolítica, de caráter moralizante, sustentado por narrativas religiosas e intensamente impulsionado pela mobilização digital em redes sociais. Esse movimento encontrou ressonância particular no estado do Paraná, sobretudo em áreas do norte e do oeste, marcadas pela forte presença do agronegócio, pela centralidade de valores familiares tradicionais e pela atuação decisiva de igrejas evangélicas. Nessas regiões, consolidou-se a predominância do voto conservador, alinhado a pautas nacionalistas e de combate à corrupção.

A espacialização desse processo pode ser observada no mapa intitulado Mapeamentos dos votos eleitorais de 2018 (**Figura 2**), que evidencia a concentração do apoio a Bolsonaro em regiões interioranas, em contraste com áreas urbanas que apresentaram maior equilíbrio entre os candidatos. A leitura do mapa confirma a territorialização do voto conservador no Paraná, revelando como fatores socioeconômicos e identitários influenciaram o comportamento eleitoral

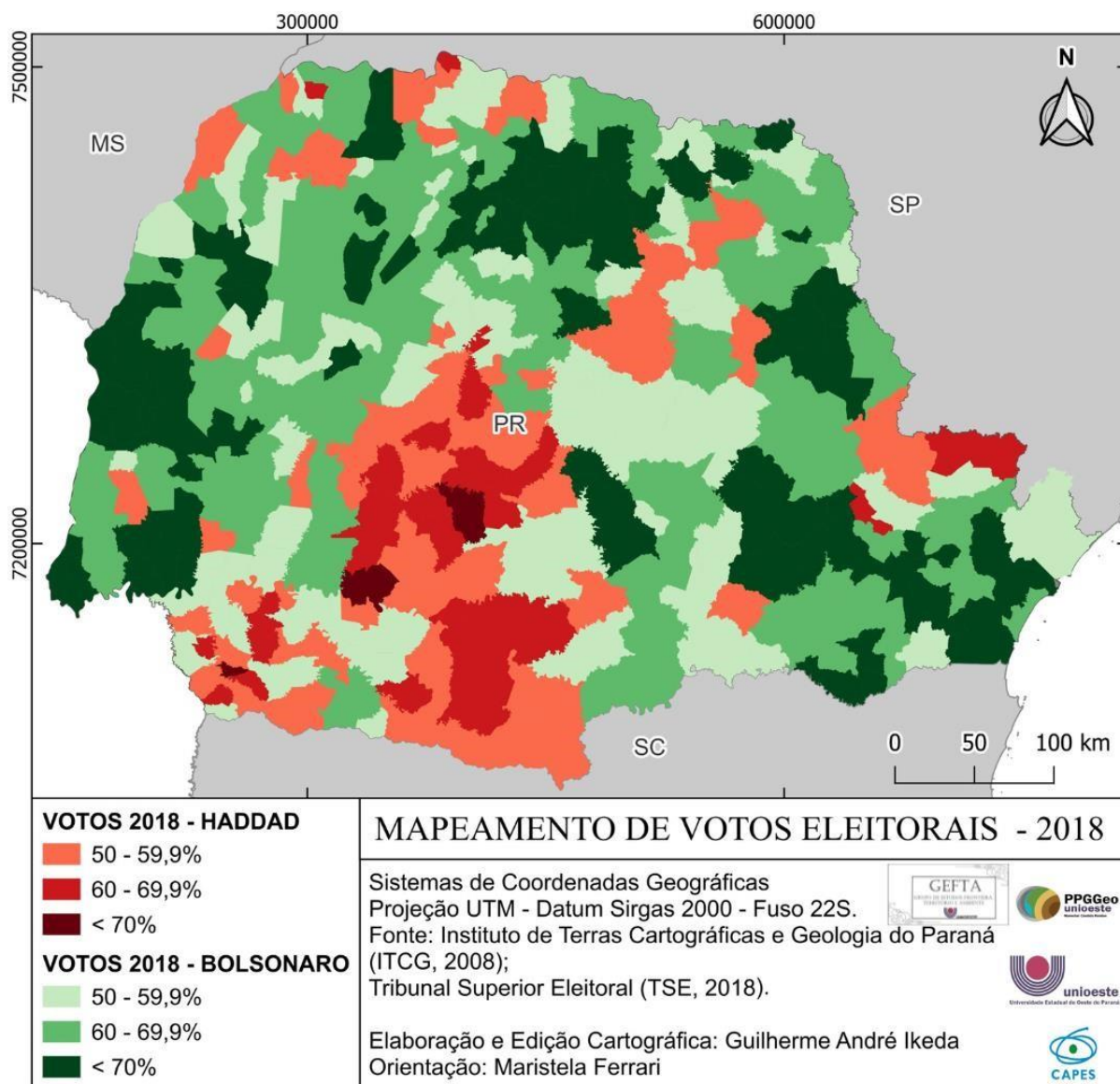
Em contraposição, territórios com presença de comunidades organizadas, como indígenas, quilombolas e assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), apresentaram maior coesão em torno de candidaturas progressistas, sobretudo ligadas ao Partido dos Trabalhadores. Esses espaços, fortemente marcados por identidades históricas e por pautas de resistência, mantiveram um comportamento eleitoral diferenciado, sinalizando a relevância da territorialidade como elemento de resistência política.

O pleito de 2022 confirmou as tendências já observadas nas eleições de 2018. Embora Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tenha conquistado a vitória em âmbito nacional, o estado do Paraná manteve maioria de votos para Jair Messias Bolsonaro (PL), reafirmando o alinhamento conservador em grande parte do interior paranaense. Esse resultado reforçou a permanência de uma clivagem territorial entre regiões urbanas e rurais, bem como a influência de lideranças religiosas e comunitárias locais na mediação entre eleitores e candidatos. A análise espacial desse processo pode ser observada no mapa intitulado Mapeamentos dos votos eleitorais de

⁵ A ausência de um mapa referente às eleições de 2014 decorre da indisponibilidade de dados sistematizados em nível estadual no banco de informações utilizado, o que impossibilitou a espacialização cartográfica nesse recorte temporal.

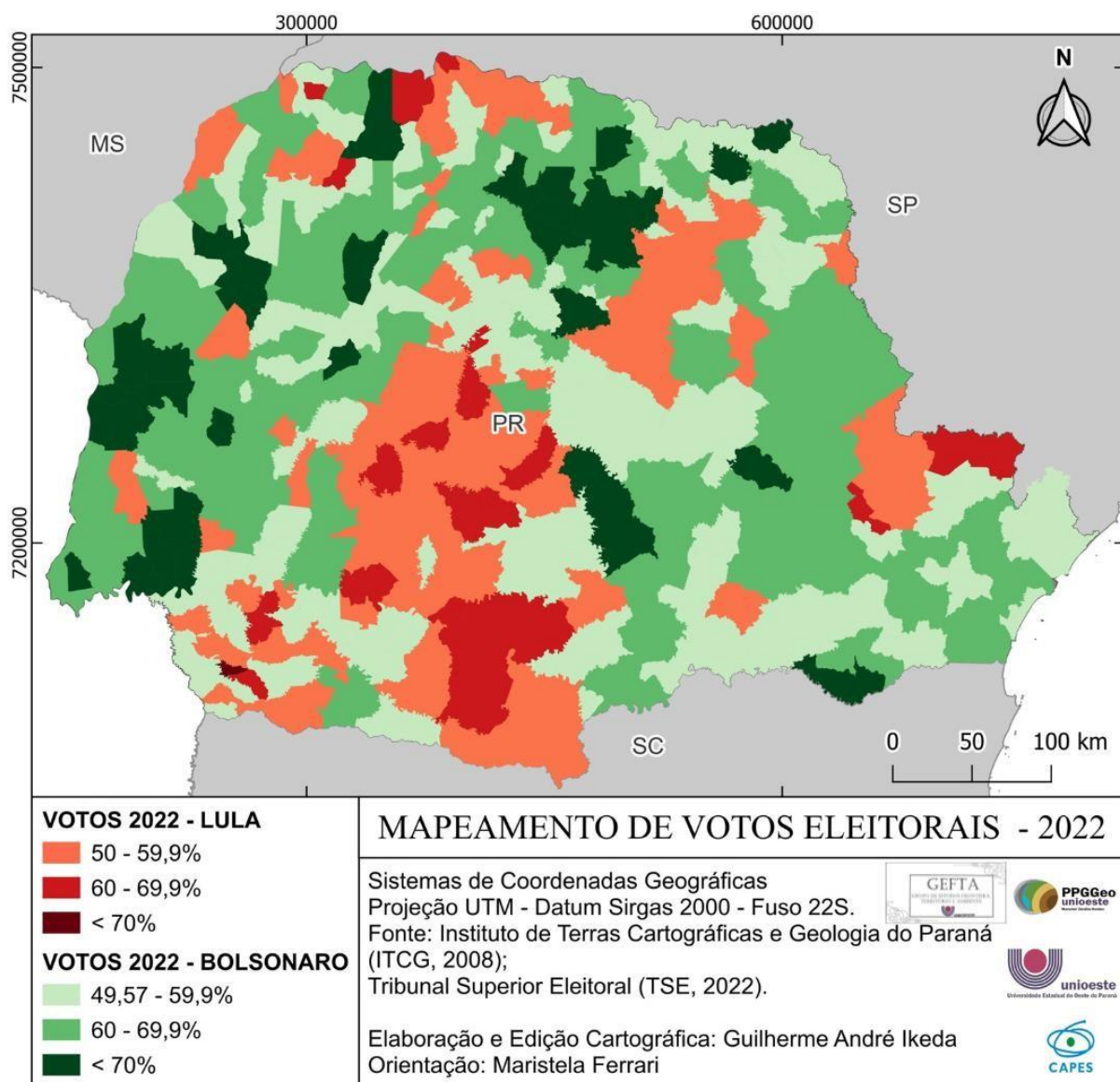
2022 (**Figura 3**), que evidencia a concentração do voto bolsonarista nas áreas do interior e o relativo avanço do lulismo em centros urbanos estratégicos.

Figura 2 - Mapeamentos dos votos eleitorais de 2018



Fonte: Elaboração do autor.

Figura 3 - Mapeamentos dos votos eleitorais de 2022



Fonte: Elaboração do autor.

O mapa acima (**Figura 3**) revela e de acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as localidades que votaram em Lula têm, no máximo, 32 mil habitantes e estão predominantemente situadas nas regiões Centro-Sul, Vale do Ribeira e Sudoeste. Muitas dessas áreas apresentam uma forte presença da agricultura familiar, do associativismo e de assentamentos rurais organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

De acordo com o Departamento de Economia Rural (DERAL), programas governamentais têm sido implementados para fortalecer a agricultura familiar e apoiar pequenos e médios produtores. O Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural



(Pronamp) é um exemplo dessas iniciativas, que visam proporcionar condições financeiras e de desenvolvimento para esses agricultores. Vale ressaltar que a estrutura fundiária do Paraná é predominantemente composta por pequenos e médios proprietários rurais, os quais desempenham um papel essencial na produção agrícola do estado, contribuindo para a diversidade e sustentabilidade do setor.

Esses pequenos e médios produtores rurais, particularmente nas regiões mencionadas, desempenham um papel fundamental na economia local e têm sido grandes beneficiários de políticas implementadas durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. No primeiro mandato de Lula, programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) ajudaram a melhorar o acesso a financiamentos, com taxas de juros mais acessíveis, além de promoverem a inclusão desses produtores no mercado nacional e até internacional. Tais políticas proporcionaram uma expansão considerável no setor agrícola, gerando mais empregos e fortalecendo a economia rural.

Ainda que a política agrária de Lula tenha sido alvo de disputas ideológicas ao longo dos anos, os benefícios para os pequenos e médios produtores rurais foram claros e tangíveis. Mesmo diante de um cenário político de polarização, muitos desses agricultores, que tradicionalmente compõem uma base significativa de votos no campo, reconheceram que, em comparação com os governos seguintes, o primeiro mandato de Lula trouxe avanços concretos para o setor. Ao votar em Lula em 2022, muitos desses agricultores não estavam apenas reafirmando um compromisso político, mas também reconhecendo as vantagens das políticas públicas que ajudaram a consolidar a agricultura familiar e fortalecer sua posição no mercado.

Cidades como Jundiá do Sul (58,04%), Mangueirinha (52%), Congonhinhas (58%), Planaltina do Paraná (52,74%) e Amaporã (50,50%) são exemplos de municípios que possuem assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esses municípios também tiveram sua preferência eleitoral voltada para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno das eleições de 2022, o que ilustra o fenômeno de "vizinhança" (Castro, 2005), no qual os fatores sociais e territoriais influenciam comportamentos eleitorais.

Outra localidade, em especial, o Vale do Ribeira é composto por sete municípios: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná, e possui uma população de cerca de 100 mil habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na região é um dos mais baixos do Paraná, o que ressalta o



propósito do Governo do Estado e Federal de promover a superação da pobreza por meio de atividades produtivas e da geração de emprego e renda.

Em relação às eleições, Adrianópolis votou em Lula com 61,62% dos votos, Cerro Azul com 56,41%, Doutor Ulysses com 57,10%, Itaperuçu com 60,51% e Rio Branco do Sul com 51,31%. Esses municípios, caracterizados por seu baixo IDH, estão alinhados com as políticas sociais propostas pelo presidente Lula, como o programa Bolsa Família, que beneficia muitas famílias em situação de vulnerabilidade, gerando apoio nas comunidades que dependem de políticas públicas.

Salienta-se também a presença das comunidades quilombolas, que são uma parte significativa da população dessas regiões e desempenham um papel importante na dinâmica eleitoral. Essas comunidades, que já haviam sido mencionadas na análise dos votos de 2018, também exerceram forte influência no pleito de 2022. Historicamente, as comunidades quilombolas têm enfrentado desafios em relação ao reconhecimento de seus direitos territoriais, à garantia de políticas públicas adequadas e à preservação de suas culturas e tradições.

No entanto, durante o primeiro mandato de Lula, houve avanços significativos em termos de reconhecimento e apoio a essas comunidades, com a implementação de políticas voltadas para a regularização fundiária e o fortalecimento da identidade e da autonomia quilombola. O acesso a programas de educação, saúde e infraestrutura também foi ampliado, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dessas populações. Assim, a continuidade dessas políticas públicas ao longo dos anos, especialmente no contexto das eleições de 2022, refletiu o desejo das comunidades quilombolas por um governo que garantisse seus direitos e assegurasse o respeito à sua história e à sua cultura.

De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o melhor desempenho de Lula ocorreu na cidade de Pinhal de São Bento, situada no Sudoeste do estado, onde 71,77% dos 2,2 mil eleitores optaram por sua candidatura. Esse apoio reflete uma continuidade na escolha por candidatos de esquerda, já que, nas eleições de 2018, a cidade também votou em Haddad, que obteve 70,55% dos votos. Essa tendência evidencia um aspecto identitário da cidade.

Além disso, de acordo com órgãos oficiais de Pinhal de São Bento, a cidade é reconhecida por seu envolvimento em movimentos pela redemocratização durante a ditadura militar. A cidade participou ativamente de manifestações, formou grupos de resistência e defendeu os direitos civis. Embora muitas dessas ações tenham ocorrido em centros urbanos maiores, o apoio e a mobilização em cidades menores como Pinhal de São Bento foram cruciais para o fortalecimento da luta pela democracia no país. (Prefeitura de Pinhal de São Bento, 2024)



O estado do Paraná, como um todo, tem uma história marcada por diversos conflitos que influenciaram e moldaram as perspectivas dos seus eleitores. Um dos mais notáveis foi o Conflito do Contestado, que, como já mencionado, envolve diretamente os municípios do sul do Paraná, como o de Pinhal de São Bento. O Contestado foi um período de intensas disputas de terras, envolvendo camponeses, trabalhadores rurais e as autoridades do governo e das empresas, com o objetivo de controlar a região. Esse conflito, ocorrido no início do século XX, teve um profundo impacto na identidade regional e nas questões de direitos territoriais, que continuam a ressoar nas discussões políticas atuais. O legado do Contestado ainda influencia a forma como as populações da região percebem as questões de justiça social, distribuição de terras e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e a agricultura familiar.

É importante agora direcionar nosso olhar para a influência esmagadora de Jair Bolsonaro no estado do Paraná. Essa análise nos permitirá explorar como suas políticas e a mobilização de seus apoiadores moldaram o cenário político local, destacando os fatores que contribuíram para seu forte desempenho nas eleições de 2022.

O mapeamento de votos do segundo turno das eleições presidenciais de 2022 (**Figura 3**) evidencia que o presidente Jair Bolsonaro venceu em 7 a cada 10 cidades do estado, alcançando votações expressivas que atingiram 85,72% dos votos válidos na cidade de Nova Santa Rosa, localizada no Oeste paranaense. Essa performance foi acompanhada por uma significativa votação em Quatro Pontes, que registrou 85,22% dos votos a favor do atual presidente.

De acordo com dados do TSE, o percentual de votos em Bolsonaro ultrapassou 60% em mais de 160 dos 399 municípios do estado. No primeiro turno, esse resultado foi alcançado em cerca de 50 cidades. Bolsonaro também superou a marca de 75% em diversas cidades paranaenses, como Mercedes (82,3%), Maripá (81,3%), Pato Bragado (77,6%), Matelândia (77,5%), Arapongas (76%), Marechal Cândido Rondon (75,3%) e Céu Azul (75,3%). A maioria dessas cidades se encontra no Oeste paranaense, o que pode ser visualizado no mapa que representa a região em tons de verde (Figura 3).

Essa área, como já mencionado, possui uma economia centrada no agronegócio, setor que, em grande parte, se alinhou aos discursos e políticas do ex-presidente Jair Bolsonaro. Embora não de forma absoluta, muitos agricultores, especialmente os de maior porte, manifestaram apoio à sua candidatura em 2022, refletindo a correlação entre as demandas do setor agrícola e as promessas feitas pelo então presidente. Esse apoio ficou evidente no período pós-eleitoral, quando produtores rurais e representantes do agronegócio participaram



ativamente de mobilizações em frente a quartéis, exigindo a recontagem dos votos e até mesmo intervenção militar.

Após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), consolidada no segundo turno por uma margem estreita de pouco mais de dois milhões de votos, setores da sociedade vinculados a Bolsonaro não aceitaram o resultado oficial proclamado pelo Tribunal Superior Eleitoral. A reação se traduziu em manifestações de contestação ao processo democrático, com bloqueios em rodovias e ocupação de espaços públicos, sobretudo no Paraná, onde grupos de apoiadores bloquearam trechos estratégicos e alegaram fraude eleitoral.

Essas mobilizações, que se estenderam por semanas, ocorreram em diversas cidades do estado, como Curitiba, Toledo, Cascavel, Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon, e se constituíram em um dos episódios mais emblemáticos da resistência bolsonarista ao resultado das urnas (**Figura 4**). Mais do que simples atos de protesto, revelaram o aprofundamento da polarização política no país e a fragilidade das instituições diante da contestação da legitimidade das eleições e da própria democracia brasileira. A pesquisa indica que esses protestos, que perduraram por mais de 60 dias em frente a quartéis do Exército e em rodovias, funcionaram como prelúdio para os atos antidemocráticos, como a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, quando os prédios dos Três Poderes da República foram invadidos e depredados.

Um dos achados centrais da pesquisa foi a identificação da força dos laços comunitários e das identidades regionais na definição das preferências eleitorais. O pertencimento religioso, as memórias históricas locais, a trajetória econômica dos territórios e a atuação de lideranças políticas locais, como prefeitos e deputados, foram fatores que se mostraram determinantes na mediação entre o eleitor e o cenário nacional. Tais elementos configuram o que se entende como territorialização do voto, conceito presente na literatura da Geografia Eleitoral (Costa, 2020; Samagaio, 2014).

Além disso, a instrumentalização política da religião, particularmente por igrejas neopentecostais, demonstrou influência significativa em determinados territórios. A retórica baseada na defesa da família, no nacionalismo econômico e em valores morais encontrou ressonância em municípios com menor diversidade cultural e maior homogeneidade ideológica. Esse padrão reforça a ideia de que o comportamento eleitoral é atravessado por dimensões culturais profundas, nem sempre visíveis nas análises puramente quantitativas.

Figura 4 - Manifestação na saída de Palotina em 2022



Fonte: Autor (2022)

Em síntese, os resultados apontam para um eleitorado segmentado territorialmente, no qual o voto é resultado da combinação entre fatores estruturais (como economia e urbanização), variáveis identitárias (religião, etnicidade e movimentos sociais) e conjunturas políticas mais amplas (crises institucionais, redes sociais digitais e polarização nacional). O Paraná, nesse sentido, constitui um microcosmo privilegiado para compreender as relações entre território e política no Brasil contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação sobre a Geografia Eleitoral no Paraná, entre as eleições presidenciais de 2014, 2018 e 2022, evidenciou que o comportamento eleitoral do estado não pode ser reduzido a explicações generalistas ou exclusivamente quantitativas. As análises apontaram que o território atua como mediador ativo das escolhas políticas, refletindo a complexidade das relações sociais, econômicas, religiosas e históricas que caracterizam o espaço paranaense.



Os resultados demonstraram a persistência de clivagens regionais, sobretudo entre áreas urbanas e rurais, bem como a influência decisiva de fatores como o pertencimento religioso, a trajetória econômica regional, a atuação de movimentos sociais e as identidades comunitárias. A instrumentalização política da religião e a mobilização por meio das redes sociais digitais também se destacaram como elementos contemporâneos que reconfiguram a dinâmica eleitoral, sem, contudo, eliminar a importância do espaço vivido na formação das preferências políticas.

Ao mesmo tempo, a pesquisa revelou que comunidades organizadas em torno de pautas históricas de resistência, como indígenas, quilombolas e assentados, constituem territórios de afirmação política, capazes de contrapor-se ao predomínio conservador presente em boa parte do interior do estado. Essa constatação reforça a necessidade de compreender o voto como expressão de disputas de poder, mas também como prática de resistência e construção de identidades.

É importante salientar que este estudo apresenta limitações, sobretudo em relação ao recorte espacial e temporal adotado. A análise concentrou-se no estado do Paraná, o que possibilitou maior profundidade, mas restringiu a compreensão de dinâmicas eleitorais em escala nacional. Do mesmo modo, as eleições aqui estudadas representam um recorte de conjunturas específicas, que devem ser revisitadas em pesquisas futuras à luz de novos processos políticos e sociais.

Apesar dessas restrições, a pesquisa contribui para o fortalecimento da Geografia Eleitoral como campo analítico no Brasil, demonstrando sua relevância para compreender a territorialização do voto em contextos marcados por desigualdades e polarização. O Paraná, nesse sentido, se mostrou um espaço privilegiado para observar a interação entre fatores locais e nacionais, revelando como o território é central nas disputas políticas.

Por fim, destaca-se que a compreensão da Geografia Eleitoral deve ser vista como uma agenda em construção, que demanda novas investigações comparativas, tanto entre diferentes estados quanto em escalas municipais. A análise das eleições no Paraná aponta caminhos para que futuros estudos avancem na interpretação crítica do voto, não apenas como escolha individual, mas como fenômeno social e espacial, atravessado por relações de poder, identidades coletivas e processos históricos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A.; NOGUEIRA, L. **Geografia Política Contemporânea**. São Paulo: Ed. Contexto, 2023.



ENANPEGE

XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

CASTRO, I. E. de. **Geografia Política e Geopolítica**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, W. M. da. **Geografia Política**: território, escalas de ação e instituições. São Paulo: Contexto, 2020.

CUNHA, A. R. da; MARTINS, A. C. S. **Geografia Eleitoral e representação política**. In: Anais do Encontro Nacional de Geografia. Salvador: UFBA, 2017.

MARAFON, Glaucio José *et al.* (Org.). **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO. **História do município**. Disponível em: <https://www.pinhaldesaobento.pr.gov.br/portal/servicos/1008/histori-do-municipio/>. Acesso em: 03 de set. de 2025

SAMAGAIO, A. **Geografia Eleitoral**: o espaço e o voto. Lisboa: Edições Colibri, 2014.

SIEGFRIED, André. **Tableau des réalités politiques de l'Europe**. Paris: Librairie Félix Alcan, 1913. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/siegfried_andre/Tableau_pol_France_de_l'Ouest/Tableau_pol_France_de_l'Ouest.pdf. Acesso em: 02 de set. de 2025.